



O NOVO PACTO EM HEBREUS

TRABALHO DE CURSO | 1982 – 1985

DISCIPLINA: NOVO TESTAMENTO III

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
1. OS PACTOS ANTIGOS	2
1.1 Conceituação	2
1.2 Pactos entre homens	2
1.3 Pactos entre Deus e os homens.....	2
2. O NOVO PACTO SUPERA O VELHO	3
2.1 Considerações gerais	3
2.2 Os “defeitos” do primeiro pacto (Hb 8.7-9).....	4
2.3 O propósito divino no novo pacto.....	5
2.4 As superiores promessas do novo pacto (Hb 8.10-13)	6
3. CRISTO É O MEDIADOR DO NOVO PACTO (Hb 8.1-6).....	7
4. A RESPONSABILIDADE DO HOMEM PARA COM O NOVO PACTO	9
5. BIBLIOGRAFIA	9

O NOVO PACTO EM HEBREUS

INTRODUÇÃO

A finalidade deste trabalho é apresentar a constituição do Novo Pacto, tendo como base principal as referências encontradas na Epístola aos Hebreus.

Procurou-se inicialmente mostrar alguns exemplos de pactos antigos e, principalmente, a superioridade do Novo sobre o Velho Pacto.

Finalmente, foram apresentadas as interrelações de Cristo e do homem com o Novo pacto, sem as quais este trabalho estaria incompleto.

1. OS PACTOS ANTIGOS

1.1 Conceituação

Nas Escrituras, um contrato, uma aliança, um ajuste que solenemente se realizava entre duas ou mais pessoas.

As alianças que Deus estabelece com os homens são livres promessas da sua parte, baseadas em várias condições que os homens têm de cumprir.

1.2 Pactos entre homens

As Escrituras nos apresentam alguns pactos. O pacto entre Abraão e Abimeleque (Gn 21.27); entre Labão e Jacó (Gn 31.44); entre Israel e Gibeão (Js 9.6, 15); entre Davi e Jônatas (1Sm 18.3); entre Acabe e Ben-Hadade (1Rs 20.34). Observam-se vários ritos religiosos quando se realizava uma aliança ou pacto. A vítima do sacrifício era morta e dividida em duas partes, entre as quais as pessoas interessadas, pedindo nessa ocasião a maldição de semelhante despedaçamento para aquele que quebrasse condições do pacto (Ver Gn 15.9, 10). Celebrava-se o acontecimento com uma festa (Êx 24.11; 2Sm 3.12 a 20). Uma coluna foi levantada em memória do pacto entre Labão e Jacó (Gn 31.52). Os judeus davam grande importância a serem fiéis aos seus compromissos (Js 9.18). A ira de Deus caía sobre aqueles que os violavam (2Sm 21.1; Ez 17.16).

1.3 Pactos entre Deus e os homens

As Escrituras registram oito pactos entre Deus e os homens, a saber:

- O pacto edênico, que condicionou a vida do homem no estado da inocência (Gn 1.28).

- O pacto com Adão, que condicionou a vida do homem decaído, oferecendo a promessa de um Redentor (Gn 3.14-21).
- O pacto com Noé, que estabeleceu o princípio do governo humano e assegurou a continuação da vida sobre o planeta (Gn 9.1-17).
- O pacto com Abraão, que daria início a nação israelita e concedeu-lhe a terra da Palestina (Gn 12:1-3).
- O pacto com Moisés, que condena todos os homens “porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus.” (Rm 3.23; Êx 19.1-25).
- O pacto palestino, que assegure a restauração e a conversão final de Israel (Lc 26; Dt 28.1 a 30.1).
- O pacto com Davi, que promete o trono de Israel à posteridade de Davi, promessa que se cumprirá em Cristo, o "Filho de Davi" (2Sm 7.16; 1Cr 17.7; Sl 89.27; Lc 1.32-33).
- O novo pacto, que assegura a transformação espiritual de Israel e de todos que creem em Cristo, tornando-os aceitáveis a Deus.

2. O NOVO PACTO SUPERA O VELHO

2.1 Considerações gerais

Cristo trouxe à humanidade uma Nova Aliança, um Novo Concerto, um Novo Pacto. O primeiro pacto, centralizado nos cultos no Tabernáculo e nos Dez Mandamentos, já tinha cumprido seu propósito (Hb 9.1-5). Suas leis foram gravadas em tábuas de pedra (Hb 9.4). As leis de Cristo se escrevem nos nossos corações (Hb 8.10).

O primeiro pacto era temporário. O pacto de Cristo é eterno (Hb 13.20). Tal qual Moisés foi o mediador do pacto Mosaico, assim Cristo é o Mediador do novo pacto (Hb 8.6; 9.15; 12.24). Com a vinda de Cristo, a Velha Aliança, a Mosaica, terminou, como Paulo afirma em Romanos 10.4 e Gálatas 3.19. Seria o caso de esperar que ele apresentasse a Nova, o que de fato aconteceu quando celebrou a Ceia com seus discípulos (Lc 22.20; 1Co 11.25). Ele disse: *"Este é o cálice da Nova Aliança no meu sangue derramado em favor de vós"* (Lc 22.20; Mc 14.24; Mt 26.28).

O Novo pacto inclui a presença de "testamento" ou "legado", que se torna válido à morte do testador, que é Cristo (Gl 3.15) *"Porque onde há testamento é necessário que intervenha a morte do testador; pois um testemunho só é confirmado no caso de mortos; visto que de maneira nenhuma tem força de lei enquanto vive o testador."* (Hb 9.16-17). Esse período jurídico referia-se também a Velha Aliança Mosaica, pois essa também foi introduzida, dedicada e sancionada pelo derramamento de sangue (Hb 9.18-

20). O derramamento de sangue significava a morte do testador e concedeu a natureza de "dádiva" ou "graça" à aliança. É o que significa a presença de um "testemunho" ou "legado".

A Aliança Mosaica era transitória e de qualidade "assistencial", não definitiva; como se pode entender pelo fato de serem animais que foram sacrificados como tipos do Cordeiro de Deus que posteriormente daria a sua vida. Quando Jesus então anunciou que o seu sangue seria o sangue da Nova Aliança, entendemos que ele mesmo era o Testador (o Doador) da Nova Aliança e do Novo Testamento (Hb 9.25-26; 10.29; 13.20). A Nova Aliança é, portanto, um "legado" da graça divina e ela entrou em vigor à morte de Cristo (1Pe 1.4).

2.2 Os "defeitos" do primeiro pacto (Hb 8.7-9)

A natureza da primeira aliança levou à sua fraqueza. Ela não podia tornar ninguém perfeito, não podia reconciliar os homens com Deus, não podia purificar o coração do pecado, e não podia conceder paz à consciência. Portanto, não podia efetuar uma relação adequada entre Deus e os homens. Se ela pudesse fazê-lo, não haveria necessidade nem função para outra aliança (v.7).

As mesmas limitações da lei mosaica podem ser estendidas à primeira aliança. Não há na Palavra da verdade divisão mais evidente e admirável que a estabelecida entre a Lei e a Graça. Realmente, esses dois princípios de tanto contraste caracterizam as duas mais importantes dispensações – a judaica e a cristã.

"Porque a lei foi dada por Moisés, mas a graça e a verdade vieram por Jesus" (Jo 1.17).

Essa afirmativa, entretanto, não quer dizer que antes de Moisés não existia nenhuma lei, ou que antes de Jesus Cristo não havia graça e verdade. A proibição feita a Adão de não comer do fruto da árvore da ciência do bem e do mal (Gn 2.17) não passava de uma lei e certamente a graça foi mais docemente manifesta quando o Senhor Deus foi em busca das suas criaturas que haviam pecado, para cobrir a sua nudez com túnicas de peles de animais (Gn 3.21), maravilhoso tipo de Cristo, "feito para nós...justiça" (1Co 1.30).

A lei, no sentido de alguma revelação da vontade de Deus, e a graça, no sentido de alguma revelação de sua bondade, tem existido sempre, como vemos abundantemente testificado nas Escrituras, mas "a lei", quando assim aparece mencionada na Bíblia foi dada por Moisés e dominou e caracterizou o período que existiu entre o Sinai e o Calvário. Da mesma forma, "a graça" está dominando, ou dando seu caráter específico à dispensação que começou no Calvário e há de "terminar" com o arrebatamento da Igreja, mas que se estenderá pela vida eterna.

É da mais vital importância observar, entretanto, que as Escrituras, em qualquer dispensação, jamais misturam ou confundem esses dois princípios. A lei sempre tem o seu lugar e a sua função, bem distintos, e inteiramente diversos do da graça. A lei é de

Deus, proibindo e exigindo. A graça é Deus suplicando e dando. A lei é o ministério da condenação. A graça é o do perdão. A lei amaldiçoa. A graça redime da maldição. A lei mata. A graça dá vida. A lei fecha toda a boca diante de Deus. A graça abre a boca para louvá-lo. A lei afasta o culpado para bem longe de Deus. A graça o conduz para bem perto de Deus. A lei diz: "Olho por olho e dente por dente". A graça diz: "Não resistais ao mal; mas, se qualquer te bater na face direita, oferece-lhe também a outra". A lei diz: "Aborrecerás o teu inimigo". A graça diz: "Amái a vossos inimigos, bendizei os que vos maldizem, fazei bem aos que vos odeiam, e orai pelos que vos maltratam e vos perseguem". A lei diz: "Fazei e vivei". A graça diz: "Crede e vivei". A lei nunca teve um missionário. A graça deve ser pregada a toda e qualquer criatura. A lei condena totalmente o melhor homem. A graça justifica, graciosamente o pior (Lc 23.43; Rm 5.5; 1Tm 1.15; 1Co 6.9-11). A lei é um sistema de prova; a graça, de favor. A lei apedreja uma pobre pecadora. A graça lhe diz; "Nem eu também te condeno". Sob a lei, a ovelha morre pela mão do pastor. Sob a graça, o pastor morre pela ovelha.

Em toda a parte, as Escrituras apresentam a lei e a graça em esferas de sumo contraste.

Visto que a primeira aliança tinha os seus defeitos, Deus estabeleceu a nova aliança para levar os homens a perfeição. Esta aliança foi prometida ao povo judeu na época de Jeremias. Verifica-se a necessidade da nova aliança, porque a velha não podia cumprir o designo que Deus tinha para o mundo. Não se podia ver o cumprimento da promessa dada a Abraão: *"Na tua descendência serão benditas todas as nações da terra"* (Gn 22.18).

O mundo ainda estava na obscuridade espiritual, e Israel não estendeu o seu conhecimento de Deus aos gentios. A velha aliança foi quebrada pelos homens, e em consequência, Deus se desagradou de Israel. Mas a própria natureza de Deus garantia a renovação da aliança abraâmica, numa nova base. A velha aliança fora recebida do homem, fora externa e mecânica; a nova aliança é recebida através de Cristo e produz uma transformação no coração, porque é interna. A velha aliança é a lei de Moisés; a nova aliança é a salvação providenciada pela fé na graça de Cristo Jesus.

2.3 O propósito divino no novo pacto

No pacto antigo, era intenção de Deus habitar entre o seu povo e prover-lhes purificação (Sl 32.1-2; Is 1.18), ser a vida e santidade deles (Sl 27.1; 71.16), e por meio deles ser uma bênção a toda a terra (Sl 67). Mas em razão do pecado de Israel e seu fracasso, Deus foi "obrigado" a afastar-se deles (Ez 10.4; 11.23) e deixar-lhes a casa vazia (Mt 23.38; 12.43-45).

No novo pacto Deus pretende fazer a mesma oferta a cada indivíduo em todas as nações do mundo (Mc 16.15; Jo 17.20-21; Ap 3.20). Assim se vê que agora Deus concede a sua própria vida e natureza (2Co 5.17-20; 13.5), e o batismo com o Espírito Santo (At 2.4, 38, 39).

Essas verdades devem ser pregadas em todo o mundo pelos convertidos a Cristo (Mt 28.20; 2Tm 2.2) para que toda criatura tome conhecimento da faustosa

oportunidade de receber a plena salvação. "A grande vantagem do novo pacto é esta, que agora ficaram liberadas para todo o mundo, as riquezas da graça que previamente estavam sob a custódia dos judeus que não as administraram bem." (Stevens).

Sob o antigo pacto, Israel constituiu "a congregação no deserto" (At 7.38), mas sob o novo pacto, todos os indivíduos de todas as nações que aceitam a Cristo, seu sangue e seu Espírito, constituem a "igreja dos primogênitos" (Hb 12.23). Trata-se da igreja redimida pelo sangue de Cristo, o grande povo salvo. (Gl 3.28; 1Co 12.12-13; Cl 3.11; Jo 17.20-23).

Israel antigo participou do mesmo manjar espiritual e bebeu da mesma fonte espiritual (1Co 10.3-4). A igreja também participa do corpo e do sangue de Cristo (Jo 6.53; 2Pe 1.4), tornando-se membro desse mesmo corpo (Rm 10.12; Ef 2.14-18; 1.22-23). O propósito de Deus, então, neste novo pacto, é formar um povo todo seu, coeso e forte que o glorificará por toda a eternidade

O meio que Deus usa para conseguir esse objetivo supra é a pregação do Evangelho da graça (Mc 16.15; 1Co 1.21; Rm 1.16).

O propósito de Deus neste novo pacto não é o da conversão total do mundo (ainda que a Graça seja suficiente para todos), mas sim "chamar para fora" do mundo (no grego "*ek-klesia*" - o vocábulo do qual deriva a palavra "igreja"), um povo para o nome de Jesus (At 15.14-17; Mc 16.15-16; 1Co 1.21). Muitos não crerão e nem buscarão a Deus, mesmo durante o tempo das pragas que assolarão a terra durante a Grande Tribulação (Ap 9.20-21).

2.4 As superiores promessas do novo pacto (Hb 8.10-13)

O autor de Hebreus, no texto mencionado, baseia o seu argumento na citação de Jeremias 31.31-34. Esta citação prova que desde o tempo dos profetas Deus previa e prometia a anulação da primeira aliança e o estabelecimento da segunda. A promessa da nova aliança é mencionada em Hebreus 8.8 e as promessas que a nova aliança abrange estão nos versículos 10-22.

A primeira promessa é que as leis estarão na mente e no coração do homem, e não mais em tábuas de pedra. Estando escritas no coração, as leis não são consideradas como obrigação, e sim como desejo. O coração prefere obedecer às leis, e assim impulsiona a pessoa pela vereda traçada por essas leis. Sob a velha aliança, por outro lado, o impulso vinha do perigo de desobedecer a lei.

Aquela lei estava escrita em pedras, e precisava exercer uma influência sobre o coração pecaminoso do homem, que por sua vez resistia à obrigação. Em outras palavras, a velha aliança dava à pessoa a sensação de que estava debaixo da servidão da lei; a nova aliança dá a sensação de se estar livre porque o próprio desejo de obedecer à lei surge do coração. A natureza daquele que está desfrutando dos benefícios da nova aliança exige uma vida melhor.

O apóstolo Paulo alude ao mesmo ensinamento quando diz: *"A lei do Espírito de vida em Cristo Jesus te livrou da lei do pecado e da morte"* (Rm 8.2). Aqui está o segredo da vida vitoriosa do Cristão; o Espírito Santo nos liberta do pecado.

Segundo a lei da gravidade, qualquer objeto cairá na terra; mas uma pessoa pode sustentar a sua mão no alto, apesar desta lei. Por este fato não se anula a lei da gravidade, mas se introduz outra lei, uma que é mais potente que a lei da gravidade. Pois bem, a "lei do pecado" produz maldade. Esta lei não se anula quando aceitamos a Cristo, mas outra "lei" a "do Espírito da vida em Cristo Jesus", sobrepuja a lei do pecado para tornar possível uma vida de santidade. E a nova aliança nos proporciona esta vitória.

A segunda promessa abrange o conhecimento universal do Senhor; *"E não ensinará jamais cada um ao seu próximo, nem cada um ao seu irmão, dizendo; Conhece ao Senhor"* (v.11). Esta promessa ainda não se cumpriu. O trabalho de missões ainda está inacabado. Não terminamos ainda a tarefa de evangelizar o mundo. A grande comissão do Senhor Jesus Cristo permanece em vigência como mandamento divino. Mas depois que esta era terminar, ele inaugurará o seu reino milenar, e então todos o conhecerão "desde o menor deles até o maior" (v.11). O cumprimento desta profecia deverá ser visto durante o milênio.

A terceira promessa relaciona-se com o perdão dos pecados. A promessa baseia-se na primeira parte do versículo 12; *"Para com as suas iniquidades usarei de misericórdia"*. A ideia é que Jesus Cristo manifestará a sua misericórdia ao seu povo. Isto inclui o perdão dos pecados e a graça para salvar os homens. Os recipientes deste perdão e graça têm acesso ao trono de Deus, e são libertados da consciência do pecado. A misericórdia divina é o fundamento da nova aliança. Sem a misericórdia de Deus não poderíamos esperar a remissão dos pecados e um acesso à presença de Deus. O versículo expressa a finalidade do perdão divino; *"dos seus pecados jamais me lembrarei"*. Esta promessa é cumprida quando o pecador se arrepende e confia de todo o coração na obra salvadora do Senhor Jesus Cristo.

Em toda esta profecia vemos que a nova aliança supera a velha. É necessário que supere, porque o sistema antigo foi instituído para prefigurar as coisas superiores, isto é, as bênçãos da nova aliança. Moisés era figura profética de Cristo; o sacerdócio levítico indicava o sacerdócio de Cristo; o tabernáculo representava o santuário celestial; e os sacrifícios tipificavam o melhor sacrifício.

A conclusão de tudo isto é que a nova aliança *"torna antiquada a primeira. Ora, aquilo que se torna antiquado e envelhecido, está prestes a desaparecer"* (v.13). Assim como a roupa nova toma o lugar da velha, a melhor aliança substitui a velha aliança.

3. CRISTO É O MEDIADOR DO NOVO PACTO (Hb 8.1-6)

O versículo chave de todo o capítulo é o 6; *"Agora, com efeito obteve Jesus ministério tanto mais excelente, quanto é ele também mediador de superior aliança instituída com base em superiores promessas"*.

Jesus Cristo é o Mediador da nova aliança. Que significa isto? Que importância tem? Bem, é verdade que os hebreus estavam pensando nas consequências de menosprezar a aliança dada por Moisés. Se todos os rituais e cerimônias do judaísmo haviam perdido o seu valor, o que existia para tomar o seu lugar? Qual haveria de ser a base para alguém comunicar-se com Deus? Aqui apresentamos a resposta: A base agora deveria ser Jesus Cristo. Isto é comprovado por meio de dois versículos do capítulo: Cristo é Ministro do “verdadeiro tabernáculo” (v.2), e ele é “Mediador de superior aliança” (v.6). O tabernáculo é a morada de Deus. Sendo ministro Jesus Cristo nos leva à própria presença de Deus, onde temos plena comunhão com ele. Por ser Mediador de uma superior aliança, Cristo nos prepara e equipa para entrarmos e morarmos no Lugar Santíssimo.

O ponto “essencial” (v.1) deste discurso é que o novo Sumo Sacerdote é um Ministro, ou seja, alguém que oferece, sacrifícios, e que pertence ao verdadeiro tabernáculo que está nos céus. Vemos aqui que este Sacerdote é diferente dos demais. A sua Obra, a sua Glória, a sua simpatia e a sua pessoa se distinguem dos outros sacerdotes. Tal pessoa pode satisfazer as nossas necessidades. Ele ofereceu o seu sacrifício, terminou a sua obra redentora, e agora entrou na presença de Deus.

Ele é semelhante aos outros sacerdotes pelo fato de todos oferecerem sacrifícios, mas é diferente porque ele está ministrando a favor do seu povo no verdadeiro tabernáculo. O fato de que ele “se assentou” (v.1) indica que a sua oferta foi eficaz e satisfatória diante de Deus, e não precisava ser repetida. A diferença entre o tabernáculo terreno e o celeste é que aquele é uma cópia ou sombra (v.5) do tabernáculo verdadeiro e eterno. Isto é, que se subentende no versículo 2. O verdadeiro tabernáculo foi levantado pelo Senhor, e não pelo homem. Não foi por mãos, como o tabernáculo da terra.

Como o ministério de todo o Sumo Sacerdote é o de apresentar sacrifícios, é mister que o novo Sumo Sacerdote também tenha sacrifícios (v.3). Cristo não poderia considerar-se Sumo Sacerdote a menos que tivesse este ministério. No capítulo 9, no versículo 26, é mencionado o sacrifício de Cristo: Ele “se manifestou uma vez por todas, para aniquilar pelo sacrifício de si mesmo o pecado”.

Os versículos 4 e 5 afirmam que Cristo está no verdadeiro tabernáculo. “Se ele estivesse na terra nem mesmo sacerdote seria”. É necessário observar que “na terra” é o oposto de “nos céus” (v.1). O significado do versículo 4 é que Cristo não poderia interferir nos assuntos dos sacerdotes levíticos que estavam funcionando segundo a lei, sobre a terra; portanto o seu ministério precisava ser separado do deles. Na verdade, ele está operando nos céus, no verdadeiro santuário, e assim supera todos os sacerdotes levíticos. A citação do versículo 5 vem de Êxodo 25.40. Moisés recebeu a ordem de construir o tabernáculo conforme o modelo que lhe fora exibido no monte Sinai. Os leitores desta epístola haveriam de recordar que há algo mais sublime e importante do que o tabernáculo construído no deserto. O ministério dos sacerdotes de Israel relacionava-se com coisas temporais, que constituíam “figura e sombra das coisas celestes”. Portanto, tudo que estava associado com o tabernáculo terreno, era a representação de algo muito melhor e especial (celestial). Os recipientes da epístola

